

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) sediará, no dia 26 de agosto, o seminário “Comunicação e Novas Tecnologias – Proteção de Dados e Simetria Regulatória” que tratará sobre os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados na economia digital e os desafios na regulação do setor.

Além de promover discussão de como se dará o processo de fiscalização e aplicação da nova lei, o evento conta com debates sobre dois temas: “Responsabilização e simetria regulatória: desafios para o equilíbrio do mercado digital” e “Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados: Brasil na economia digital”.

O seminário é coordenado cientificamente pelo ministro Luis Felipe Salomão, do STJ, e pelo presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Márcio Novaes. A palestra magna de abertura da conferência será proferida pelo escritor Augusto Cury e pelo advogado e professor Ronaldo Lemos.

Interessados devem se inscrever pelo site da [Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados \(Enfam\)](#).

Regulamentação - A [Lei Geral de Proteção de Dados](#) (13.709/2018) foi aprovada em agosto de 2018 e entrará em vigor em agosto de 2020. A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, determinação que estava inicialmente prevista na lei, foi garantida com a aprovação da [Medida Provisória 869/2018](#), em junho de 2019.

A lei é um desdobramento da aprovação do Marco Civil da Internet, em 2014, e dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade.

Fonte: [TRF1](#), em 13.08.2019.